

SESSÕES DO PLENÁRIO

107ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 03 de dezembro de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo.(54)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Joacy Dourado, comunicando que esteve ausente nas sessões dos dias 06 e 10/11/2014 devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Deputado José de Arimatéia, comunicando que esteve ausente na

sessão do dia 24/11/2014 devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões: ordinárias – 103ª, 104ª, 105ª, realizadas, respectivamente, nos dias 25, 26 de novembro de 2014 e 1º de dezembro de 2014; especiais – 51ª, 53ª, 56ª, 57ª, realizadas, respectivamente, nos dias 20, 26, 28 de novembro de 2014 e 1º de dezembro de 2014; extraordinárias – 34ª, 35ª, 36ª, realizadas, respectivamente, nos dias 25 e 26 de novembro de 2014.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa)

Não há discussão.

Em votação as atas que acabam de ser lidas.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado Augusto Castro.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente Adolfo Menezes, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, venho, em primeiro lugar, à tribuna, nesta tarde de quarta-feira, para agradecer a todos a minha reeleição a deputado estadual a fim de representar o povo da Bahia, mais uma vez, nesta Casa.

Quero agradecer às comunidades do Sul da Bahia, especialmente os municípios de Itabuna, Ibicaraí, Coaraci, Uruçuca, Itapé, Floresta Azul, São José, Barro Preto, Ubaitaba, Uruçuca, Itajuípe, Buerarema, Una, Ubaitaba. Enfim, agradeço todos os municípios que contribuíram, diretamente, para a minha reeleição, assim como outros municípios da Região Oeste da Bahia e da região de Ipirá.

Aproveito para mandar um abraço às lideranças políticas do município de Itabuna, que se fazem presentes aqui hoje, como o Líder do PSDB daquela Casa, vereador José Silva, e à liderança do professor Francisco Carlos, ex-diretor regional da Direc 07 de Itabuna.

Sr. Presidente, venho, em segundo lugar, a esta tribuna para relatar a grave situação em que se encontra, deputado Paulo Azi, a saúde do município de Itabuna, município que retomou a gestão plena do Comando Único de Saúde há pouco mais de seis meses.

As populações de Itabuna e do Sul da Bahia passaram por dificuldades no atendimento diário. Itabuna, como cidade polo, presta serviço na área da saúde para mais de 100 municípios e se encontra em uma grave situação hoje, pois tem uma

estrutura de mais de 3 hospitais dentro da estrutura da Santa Casa mais o Hospital de Base Luís Eduardo Magalhães que atendem Itabuna e mais 130 cidades, até do Sudoeste e do Extremo Sul da Bahia.

Itabuna passa pela pior situação, nos últimos 10 anos, na área da saúde pública. O município de Itabuna tem importância econômica, política e social para o Estado da Bahia e se vê, hoje, com o pires na mão, com as pessoas precisando de suporte e de apoio diariamente na área da saúde.

O município de Itabuna, hoje, não dá esse apoio necessário para a população ter o atendimento da saúde pública, deputado Paulo Azi, à altura da região do cacau. V.Ex^a é votado na região do Sul da Bahia que o ajudou para representar no Congresso Nacional.

Trago, aqui, o caos da saúde pública no município de Itabuna. Inclusive, o município retomou, há 6 meses, o Comando Único. O contrato, existente entre o Fundo Nacional de Saúde e o Fundo Municipal com a Plena, é pouco mais de R\$ 7 milhões. Aproximo, aí, mais de sete milhões e cento e pouco mil reais. São os valores creditados no Fundo Municipal via Ministério da Saúde que não consegue atender à população tampouco municípios circunvizinhos da região do cacau.

Trago, aqui, a lamentável situação em que se encontra o município de Itabuna. É uma situação grave. Várias unidades de saúde estão sem assistência, sem profissionais, sem equipamentos para poder fazer os procedimentos e sem medicações nas unidades básicas de saúde.

Fora isso, recebemos, ontem, uma grave e triste notícia, qual seja, o Hospital São Lucas, referência em Itabuna e e região do cacau, protocolou, junto ao secretário da Saúde do Município e o prefeito, um pedido para fechar a unidade que atende ao SUS.

O governo do Estado que tem, segundo informações da Santa Casa, um contrato direto para poder ajudar...

O ex-secretário Jorge Solla inaugurou esta unidade em Itabuna. E, ontem, protocolou, junto ao Comando Único de Saúde, ao secretário e ao prefeito que, a partir de 31 de dezembro, fechará essa unidade para atendimento ao SUS nas especialidades de média e alta complexidades.

Tudo isso sem falar, Sr. Presidente, na unidade da Maternidade Ester Gomes que, hoje, corre o grande risco, também, de fechar todos os procedimentos e a unidade. O Hospital Psiquiátrico São Judas Tadeu fechou as portas em Itabuna.

Peço a esta Casa. Faço, aqui, Sr. Presidente, um apelo a esta Mesa no sentido de interceder junto ao secretário da Saúde do Estado e ao governador Jaques Wagner para Itabuna ter um atendimento digno de saúde. Não dá para uma cidade do porte de Itabuna continuar assim. Deputado Zé Raimundo, V.Ex^a conhece muito bem, pois governou a importante cidade de Vitória da Conquista na Bahia. Não dá para uma cidade como Itabuna ficar com a unidade São Lucas fechada a partir de 31 deste mês.

É muito triste! A comunidade do Sul Bahia recebe esta notícia. Venho fazer um apelo ao Sr. Governador para que volte a interceder no sentido de manter aquela unidade em pleno funcionamento. Espera-se ajudar o hospital psiquiátrico de Itabuna que fechou as portas. Os prestadores de serviço de Itabuna estão com atraso de 2, 3 meses. E o Comando Único administra R\$ 7 milhões, quantia que não dá para você manter aquelas unidades funcionando.

Faço um apelo a esta Casa, ao secretário municipal, ao prefeito e ao governador para poder interceder em favor do município de Itabuna, porque são vidas que precisam ser salvas, dia a dia, naquela localidade e nos municípios vizinhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Hoje, Sr. Presidente Adolfo Menezes, eu estava vendo a sua votação em Campo Formoso, que foi em torno de 20 a 23 mil votos. Um absurdo! Isso mostra o quanto V.Ex^a é querido. E há, também, a votação que V.Ex^a conseguiu dar a José Nunes naquela cidade.

Estava ouvindo o deputado Augusto Castro, e é sempre bom ouvi-lo. Acho que deveria fazer mais vezes esse exercício de usar a tribuna, pois sempre que V.Ex^a sobe aqui, tem algo a dizer, e trata da questão da saúde pública no Estado da Bahia.

Passaram as eleições, nós a perdemos, reconhecemos que fomos derrotados de forma legítima, maioria esmagadora, perdemos a eleição no primeiro turno. Jaques Wagner mostrou que em política é o cara; conseguiu eleger um candidato desconhecido que passa pelo shopping e ninguém sabe quem é. Se Rui Costa passar por aqui, um ou outro funcionário da Assembleia vai reconhecer, os militantes da política vão reconhecê-lo. Conseguiu elegê-lo no primeiro turno, mas nós temos que ponderar o seguinte.

Ontem, abordamos aspectos da reforma política. Meu caro deputado Augusto Castro, o governo faz a sua explanação, o seu organograma, o governador eleito Rui Costa diz como quer administrar. Não sou eu que vou dizer como ele vai administrar, ele faz a reforma que melhor lhe aprouver. Mas nós estamos encontrando incongruências nessa reforma.

Queremos saber para onde serão realocados os servidores da Bahiatursa. Vão para aonde? Para o gabinete do deputado Carlos Brasileiro, do deputado Zé Raimundo? Para onde serão realocados os servidores das Dires?

Estamos apresentando emendas a esse projeto de reforma do governo, estamos buscando dar transparência, valorização aos servidores, porque o governo está

fazendo um estardalhaço e está cortando mais de 1.600 cargos. É bom lembrar, e o Jornal A Tarde, hoje, faz uma matéria interessantíssima, o Estado da Bahia vai ficar com uma média de dez mil cargos comissionados depois dos cortes. A maioria esmagadora desses cargos foi criada na gestão petista do Exmo. Sr. Governador Jaques Wagner, que, aliás, deve estar atarantado, vivendo uma verdadeira agonia. Toda hora sai nos jornais, Wagner vai para essa pasta, não é, vai para essa, não é... Só faltou até agora sentar na cadeira de presidente do vice, porque as demais pastas, quase todas, já foram nomeados, e a presidente Dilma parece que tem vetado o nome dele. Isso mostra que a Bahia nunca foi tratada como merece pelo atual governo.

Então, estou aqui na tribuna para dizer que vamos apresentar emendas, estão aqui, à reforma do governador Rui Costa. Na forma de fazer a reforma não vamos intervir, mas vamos buscar proteger os servidores, proteger aqueles que estão nesses órgãos que serão extintos, para onde eles serão realocados.

Para finalizar, lamento mais uma vez o descaso da saúde pública na maternidade e em toda a estrutura de saúde na cidade de Itabuna. Creia, deputado Augusto Castro, que não é diferente de Feira de Santana, ademais, não é diferente em lugar nenhum. O mais interessante é que foi esse governador eleito que prometeu construir sete novos hospitais regionais. O que está aí está caindo aos pedaços, funcionando de forma precária, um verdadeiro caos na saúde, com o Estado na situação de penúria em que se encontra, e em campanha disse que tinha onde buscar o dinheiro, que tinha os recursos, e, agora, quando passa, já não tem mais dinheiro. Rui Costa quer a volta da CPMF. Não foi isso que ele disse em campanha. É um verdadeiro 171, um estelionato eleitoral que a gente observa que vai se configurar, que é prometer uma coisa em campanha e fazer outra.

Peço que o deputado Zé Raimundo, que pode ser o futuro secretário de Educação do Estado, e ao deputado Carlos Brasileiro, que deve ocupar um cargo de relevância neste governo, os quais são parlamentares equilibrados e serenos, que procurem aconselhar o governador Rui Costa a não colocar os pés pelas mãos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Concedo a palavra ao deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, assisti, professor Zé Raimundo, estarrecido a um membro da Defensoria Pública entrar com uma ação contra o projeto aprovado nesta Casa das pensões dos governadores. Vejam que demagogia! Vejam a que ponto chegamos! É bom para que esta Casa, deputado Carlos Geilson, saiba o que aprova.

Há pouco tempo, as Galerias ficavam cheias de defensores públicos só querendo mais aumento, mais aumento. É tanto que no dia, como o salário do

funcionário público depende do teto do governador, fiz um aparte, mostrando que, de acordo com o projeto, os defensores públicos, em alguns níveis, ganharão mais do que o presidente da república e do governador, e ninguém abriu mão! Eles acham normal! Agora, um membro do Ministério Público... Ouvi até o Líder Zé Neto, dando uma entrevista na Band News, falando... Pelo que eu ouvi, se não me engano, foi a defensora Dr^a Vitória.

Vejam que cara de pau, digamos assim. Quantos milhares de funcionários existem na Bahia, para não falar no resto do País, ganhando mais do que o governador, a mais alta autoridade deste Estado? Temos ascensoristas, como todo o respeito que tenho a qualquer trabalhador, ganhando mais do que o presidente da república, e todo mundo acha normal. Então, eu acredito, professor Zé Raimundo, que este País precisa mudar muita coisa. O futuro governador Rui Costa, na condição de secretário, conhece muito bem a máquina, deputado Carlos Geilson, e tenho a certeza de que, no final, o saldo será positivo. Ele começou a mexer em áreas que outros, por algum motivo, não tiveram condições ou coragem de mexer, acabando com o que deve acabar, que é o caso da Ebal, aproveitando os seus funcionários, e da EBDA, onde dizem que se joga dominó, porque tem muita gente sem fazer nada, já aposentada no último nível e ganhando mais do que o governador. E todo mundo fica calado!

Eu dei uma entrevista na Band News, em razão de ter sido o “proponente” do projeto das aposentadorias dos governadores, que serão quatro, depois de 30 anos de serviço, que não pode acumular... É claro que esse é um assunto que gera notícia. Perguntei ao jornalista: se esses que estão criticando fossem funcionários públicos e a eles fosse oferecido uma aposentadoria de 20, de 19 – como é o caso do governador –, de 15, de 40 ou de R\$ 50 mil líquido, será que recusariam? Ninguém abriria mão! Isso é hipocrisia pura! É por isso que não tenho receio nenhum, se necessário, de apresentar esse projetos polêmicos, até porque esta Casa aprovou por unanimidade.

Então, não sei o que acontecerá neste país! Sr. Presidente, deputado Paulo Azi, até cachorro já estão falsificando. O Brasil assistiu um Yorkshire, que é aquele cachorrinho bonitinho, ser falsificado. O cara pintou o cachorro com tinta de madeira e conseguiu vender! É irmão de ministro vendendo lote da reforma agrária. É o Ibama na mão de madeireiros, falsificando guias! Então, não tem mais... Os comandantes da Polícia Militar do Rio de Janeiro, a alta cúpula da polícia do Rio de Janeiro envolvida com traficantes. É leite sendo falsificado no Rio Grande do Sul. E isso foi só o que aconteceu nesses últimos dias. Então, eu acredito que precisamos tanto da reforma política, como da reforma em vários outros setores, deputado Carlos Geilson. O futuro governador Rui Costa, deputado Augusto Castro, vai colocar auditoria – não sei se é o termo, deputado Carlos Brasileiro –, auditor interno em cada órgão, em cada secretaria. Ninguém vai mais assinar sozinho, vai ter um segundo olhar para que pare ou diminua esse superfaturamento que existe em, praticamente, todas as obras.

Há dois anos mais ou menos, fiz um discurso no qual dizia que se fizesse uma auditoria na maior parte das obras deste País verificaríamos que quase tudo é

superfaturado.

Ontem, o Paulo Roberto Cunha, na CPI da Petrobras, disse uma coisa que quase todo mundo sabe. Principalmente nós políticos. Ele disse: “olha esse superfaturamento não é só na Petrobras, mas em hidrovias, aeroporto, ferrovia, rodovia, e vem desde a época em que Pedro Álvares Cabral chegou em Porto Seguro”. A malandragem começou com Pedro Álvares Cabral. Não é professor? Não conheço nada de História, mas V. Ex^a que é professor... Quando Pedro Álvares Cabral chegou, não é isso deputado Carlos Geilson? Quando Pedro Álvares Cabral chegou em Porto Seguro, começou a esculhambação deste País, começou a corrupção. Pedro Álvares Cabral já chegou escolado de Lisboa para ensinar aos índios, depois aos mulatos e hoje nós nos aperfeiçoamos. Então esse País precisa realmente de mudanças sérias.

É claro que o governador Rui Costa não vai mudar esse modelo de uma vez, mas vai fazer a sua parte. Não tenho dúvida nenhuma que ele já começou. É claro que nesse início de mudança haverá algumas coisas que precisam ser aperfeiçoadas, mudadas. Mas a intenção dele, deputado Carlos Geilson – não se engane a Bahia –, é fazer um grande governo de realizações e com moral, porque ele sabe perfeitamente como funcionam as coisas nas secretarias. Tem que pagar um salário decrescente ao funcionário público, mas tem que exigir na contrapartida o trabalho, porque a maioria hoje, com todo respeito, não quer trabalhar. Fiz uma sugestão, deputado Carlos Brasileiro, e V. Ex^a sabe...

Há hospital em que médico não trabalha, só recebe o dinheiro. Há poucos dias, vimos um diretor usando um molde para falsificar as digitais e registrar presença. Isso acontece em todas as áreas. A classe política está mais exposta porque tem os jornalistas, as televisões todos os dias. Mas no Judiciário e no Executivo não tem. Não é que os diabos estejam nas Assembleias, não. Tem também no Congresso Nacional. Estão em todas as áreas. Precisamos de homens de coragem.

Com relação aos funcionários públicos, os melhores quadros do Estado, deputado Carlos Geilson, já estão estabilizados no último nível do salário. São salários de 15, 20 mil reais, e ninguém quer fazer mais nada.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir, Sr. Presidente.

Ninguém quer fazer mais nada, porque não pode ganhar mais nada. Já estão ganhando no limite. Ninguém que trabalhar mais, com raras exceções. É o caso da EBDA, da Ebal, com todo respeito. Não se justifica mais, numa época com tantos supermercados, com tanta concorrência, a Ebal está vendendo alimentos. Não tem condições de competir, e o Estado aportando recursos todos os anos, quando falta dinheiro na saúde.

Acabamos de ouvir o deputado Augusto Castro falar da situação de Itabuna, que não difere de muitos outros municípios. Mesmo o governador Jaques Wagner

tendo feito tantos hospitais. Não tenho dúvida, deputado Carlos Brasileiro, que o futuro governador, com esse enxugamento, com essa mão forte e olhar rígido não permitirá malfeitos. Tenho certeza que a Bahia terá mais dinheiro para educação de qualidade, saúde e outras obras de água, saneamento, de rodovias.

Srs. Deputados, era o que eu tinha a dizer nesta tarde.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, gostaria, neste momento, de reforçar o convite para que todos os parlamentares, amanhã, se possível, também os funcionários desta Casa e os que estão nos ouvindo pela TV Assembléia, compareçam à sessão especial para a entrega do título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social, in memoriam, ao nosso saudoso Jorge Amado.

Será às 15 horas, no Plenário desta Casa, essa homenagem que vamos fazer a Jorge Amado. Teremos aqui diversas personalidades, entre as quais Gerônimo, que confirmou a presença e vai fazer uma apresentação, e os familiares do escritor, que virão receber essa justa distinção da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia a uma das figuras mais importantes do mundo literário e também do mundo político, que foi Jorge Amado.

Jorge Amado é um dos escritores mais conhecidos no mundo, com suas obras publicadas no mundo inteiro, e tem uma importância muito grande. Além de escritor, Jorge Amado foi deputado constituinte pelo Partido Comunista do Brasil. Foi uma das figuras mais importantes naquele momento político, inclusive na questão do respeito às religiões. Ele, que é o autor da lei que permite a diversidade, o respeito a todas as religiões, escreveu muitos romances, mas, entre os mais conhecidos – e que considero um dos mais importantes, sem dúvida nenhuma – destaco Subterrâneos da Liberdade. São 3 volumes importantes que retratam exatamente aquela época, aquele período da luta dos comunistas, da luta dos setores democráticos pela construção de uma sociedade justa, em que todos pudessem viver com dignidade.

Então, Jorge Amado sempre foi comunista e, na minha opinião particular, mesmo depois do golpe de 1964, e até no período mais recente, pouco antes da sua morte. Na minha avaliação, o nosso velho Jorge Amado nunca deixou de ser comunista. Porque as suas obras retratam a justiça, a alegria, as condições das mulheres, dos negros. Enfim, é uma obra sempre voltada para a transformação da sociedade e para a construção de uma sociedade com paz e justiça social.

Por isso vamos homenagear Jorge Amado aqui, amanhã, às 15 horas. E

gostaríamos de contar com a presença de todos os deputados. Não tenho dúvida de que o deputado Carlos Brasileiro estará aqui, prestigiando. Os demais deputados, com certeza, estarão aqui prestigiando essa importante sessão especial, que contará com a presença de seus filhos, que irão, efetivamente, receber esse prêmio. Isso, sem dúvida nenhuma, fortalece a ideia, fortalece os princípios da luta por uma sociedade justa, por uma sociedade com paz, por uma sociedade alegre, por uma sociedade que respeita a diversidade, por uma sociedade com justiça social.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Ex^a e concedo a palavra ao deputado Elmar Nascimento pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Oposição nesta Casa, em todas as oportunidades que teve, desde o início do primeiro mandato do governador Wagner – aliás, antes do início do primeiro mandato –, tem demonstrado a maturidade e a determinação de dar oportunidade ao governador eleito de desincumbir-se da melhor forma possível no exercício do mandato que lhe foi outorgado pelo povo do nosso Estado.

Foi assim que o próprio governador Paulo Souto, ainda no final do seu mandato, encaminhou a esta Casa Legislativa a proposta de reestruturação do governo do Estado para atender ao pedido do governador eleito Jaques Wagner. Foi assim que este deputado que vos fala, na condição de relator do Orçamento do ano seguinte, sob orientação, inclusive, do governador Paulo Souto, se colocou à disposição e atendeu à equipe de transição do governo no sentido de fazer todas as adequações necessárias a dar ao governador Wagner, desde o primeiro dia do mandato, todos os instrumentos necessários para que ele pudesse desempenhar bem o seu papel.

Esse é o mesmo espírito que norteia a Oposição neste instante, a despeito de não haver sequer necessidade de transição, posto que o governador eleito é o principal homem do governo que se finda, a pessoa que tinha o conhecimento total das nuances do governo e que, portanto, tem todas as condições de, tendo esse conhecimento, poder empreender de logo as mudanças necessárias.

Com esse mesmo espírito, vários deputados da nossa Bancada foram no sentido de que déssemos um “cheque em branco”. E assim, ontem, concordamos com a dispensa de formalidades para que se votasse o projeto de reforma administrativa que aqui chegou. No entanto, por questão de cautela, por obrigação de uma Casa que não tem correspondido com a sociedade do ponto de vista da assiduidade, do ponto de vista de estarem presentes seus membros para discutir os interesses do nosso Estado, do ponto de vista de discutir para aprovar projetos e não precisarmos voltar atrás – como fizemos aqui, na semana passada, quando o projeto de reforma territorial, por falta de um cuidado maior, teve de ser desfeito –, não seria

prudente que nós votássemos tão rapidamente assim.

O governo, mesmo sabendo da boa disposição nossa em ajudar no que fosse possível, demonstrada reiteradas vezes neste cenário de inexistência de urgência, resolveu aprovar ontem uma urgência. Neste Estado, sobretudo nesta Casa, deputado Carlos Geilson, já aprendemos que sempre que acontece alguma coisa do tipo, há um “jabuti”. Jabuti não sobe em árvore. Se há essa pressa toda, mesmo se sabendo que o governo conta com nossa boa vontade, é porque há alguma coisa ali inserida. E aí tentamos depreender o que é esse projeto, mesmo com pouco tempo, porque o prazo é de 24 horas para emendas no regime de urgência, ontem à noite aprovado – e acaba daqui a pouco o tempo para apresentar essas emendas a um projeto complexo, de 50 artigos.

Tentamos nos debruçar para identificar se está tudo tranquilo, porque é uma simples reforma administrativa, para dar ao governador as condições que ele quer para exercitar da melhor forma possível o seu mandato. Eis que começamos a observar os “jabutis”: 6 secretarias são extintas e 3, criadas. Das 6 extintas, três já acabariam de qualquer maneira, pois são secretarias especiais, cujo prazo de acabar é 31 de dezembro. Uma delas já era para ter acabado, que foi a da Copa – há 6 meses que acabou a Copa. A Secretaria dos Portos nunca existiu. A Secretaria Extraordinária para Assuntos Estratégicos, ninguém sabe para que é nem para que veio, nem o que faz, nunca funcionou. Sobram três para três. O que se chega à conclusão, meus caros deputados é que é um arremedo de arrumação, um marketing, com uma tentativa, essa sim, mais uma vez, pasmem, de o Partido dos Trabalhadores tentar direitos trabalhistas dos funcionários do Estado. Não pode ser outro o objetivo.

Pela lei que está aí autorizada, vão-se extinguir - o nome não é outro -, estamos autorizando a extinção da Ebal, a EBDA e a Bahiatur, dentre outros órgãos. Três empresas públicas cujos funcionários são regidos pela CLT, alguns com mais de 30 anos.

Vamos para o caso da EBDA. Essa empresa está com quase todo seu patrimônio penhorado pela justiça trabalhista. E aí eu lhes pergunto: quem vai garantir a indenização dos mais de dois mil funcionários da Ebal, milhares da Bahiatur e dos demais órgãos que, enquanto empresa pública, enquanto sociedade de economia mista, são regidas pela CLT? Tem que estar depositado o FGTS, tem que pagar multa pela rescisão de 40% do FGTS. Não há clareza nenhuma com respeito a isso.

Estou pedindo à assessoria que redija imediatamente uma emenda para que o Estado, tem que ser pela lei, porque sei que não se vai conseguir barrar isso, para que o governador fique autorizado a criar uma rubrica no orçamento, na parte de indenizações, para pagar. É duro, deputado Carlos Geilson! É duro o sujeito trabalhar 30 anos na vida, 20 anos, seja quantos anos for, sob o estatuto de um regime de direito trabalhista em que não se lhe é assegurada a estabilidade, porque não ingressou através de concurso público, chegar agora no fim da vida, na hora de se

aposentar, faltando seis meses, um ano para sua aposentadoria e, quando vai olhar, não há FGTS depositado e as várias e várias reclamações trabalhistas de anos e anos.

E eu não quero responsabilizar só o governo atual, mas todos os governos que passaram por aí, anos e anos, a demonstrar que sequer o FGTS era recolhido, quanto mais agora pagar os 40% do ônus. Ora, aprovamos aqui, com relação às empresas fornecedoras do Estado, a Lei Anti Calote, se vocês recordam. Para quê? Para impedir que empresários que não têm compromisso com o Estado, que não têm compromisso com os trabalhadores fossem obrigados a reter numa conta especial justamente essas parcelas indenizatórias da legislação trabalhista, a fim de que eles não ficassem criando e fechando empresas sem garantir os direitos dos trabalhadores.

E chega agora o governo do Estado quer um cheque em branco para fazer o que ele nos ajudou a impedir, ou seja, que os maus empresários venham a fazer. Portanto, o certo é que tivéssemos mais tempo, até para apresentar emendas. Espero que o relator tenha essa sensibilidade, mais tempo para nos debruçar sobre os 50 artigos do projeto. Eu não quero nada que não seja assegurar a defesa dos interesses dos trabalhadores. Minha obrigação aqui é alertar. Quanto a qual secretaria vai ficar, se o governador está tirando a parte boa, digamos assim, o ônus bom, a parte de recursos da Secretaria da Agricultura, empoderando outra secretaria, para entregar a uma pessoa de sua confiança e deixar na mão da Agricultura, é problema do governador e de seus aliados

Ele deve ter, e nós devemos até ajudar, todos os instrumentos para melhor governar. Agora, não é possível que dentro de um projeto de reforma administrativa, dê-se autorização para extinção de empresas públicas com milhares e milhares de trabalhadores cujo regulamento é o da CLT, lei trabalhista, e podem ficar com as mãos abanando, porque o patrimônio dessas empresas hoje não dá para segurar o pagamento das indenizações. Qual é a emenda que estamos tentando fazer? É que, penhorado os bens dessas empresas que vão ser liquidadas, e não estando imediatamente assegurado o pagamento das parcelas indenizatórias dos trabalhadores que estão sendo demitidos, e estão escondendo que o serão, porque quando se faz uma privatização, a empresa privada que compra o faz com a parte boa. Ninguém compra passivo trabalhista. Assegurar que o governo do Estado seja obrigado, nos mesmos prazos da CLT, nos mesmos prazos de qualquer empresa regida pela CLT, a promover as correspondentes indenizações. E aí nós autorizarmos por rubrica o governador a ter essa autorização, e ficar a critério dele cumprir ou não.

Porque, diferente de empresa o Estado, quando se move uma ação indenizatória contra o Estado, quando se consegue aprová-la, com todos os prazos que o Estado, ou município ou a União, qualquer entidade pública dispõe, prazos em dobro para contestar, enquadro para recorrer, precatório, indisponibilidade de bens, faz com que um crédito trabalhista de um trabalhador que trabalhou por 25, 30 anos, fique às vezes 30, 40, 50 anos sem conseguir receber. Nem os seus filhos, quiza seus netos conseguirão receber esses créditos trabalhistas.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Portanto, a Oposição dá um voto de desconfiança nesse projeto que, para mim, nada mais é do que um jabuti que quer ver inserida a extinção de direitos trabalhistas de milhares de pessoas que estão alocadas nessas empresas públicas e que esperam, a partir de agora, sem essa necessidade de urgência, que se abra um canal de conversa com essas pessoas e com a Oposição, para que se assegure a garantia dos direitos dos trabalhadores que prestaram relevantes serviços a este Estado em determinados momentos em que essa atividade era muito necessária ao Estado e que hoje o Partido dos Trabalhadores os tratam como se fossem mercadoria a ser colocada de lado, sem qualquer tipo de preocupação, sem se preocupar com seus direitos. Há que garantir, seja qual for o gestor, a oportunidade a essas pessoas que tenham respeitado o seu direito.

É isto que a Oposição espera, que esta Casa tenha a sensibilidade e não sirva apenas como órgão de chancela do que decide o governo do Estado, sem aqui consultar, sem ter audiência pública, sem discutir o destino de milhares e trabalhadores das empresas públicas do nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a anuência dos líderes, vou prorrogar a sessão por mais 10 minutos para que possam fazer uso da palavra os deputados Zé Raimundo e Joseildo Ramos.

Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Obrigado, Sr. Presidente Paulo Azi, colegas deputados e deputadas, pessoal técnico-administrativo, realmente esse tema da reforma administrativa que o governador eleito Rui Costa manda para esta Casa vai suscitar uma série de debates específicos com relação à realidade baiana, mas também, necessariamente, precisamos abstrair um pouco essa dimensão local e refletirmos sobre outras consequências que estão no caminho dessas reformas e o contexto em que elas estão sendo propostas.

A intenção do governador Rui Costa, expressa na coletiva à imprensa, nas reuniões que vem mantendo com as Bancadas de governo e naturalmente com as lideranças, agora já que o projeto está na Casa da Oposição, é para que encontremos uma fórmula, mais rápida possível que suscite as dúvidas. Não temos absolutamente qualquer incerteza quanto as intenções. O que o nosso governador quer, evidentemente, é dar garantias aos servidores de acordo com as normas em vigor, mas também dar uma outra “roupagem” ao Estado baiano, para que seja mais ágil, mais eficiente, mais transparente e alcance mais resultados. Isso em consequência da experiência de oito anos do governador Jaques Wagner que chegou sem nenhuma experiência do seu grupo, porque nunca tínhamos ocupado estruturas regionais.

Agora, depois desse balanço, depois de um excelente governo que o nosso

companheiro Wagner realizou na Bahia, incluindo milhares de baianos na vida cultural, econômica, social numa vida cidadã, o companheiro Rui Costa assume agora com responsabilidade de atualizar esse projeto político.

E aí, além dessas propostas, é importante que façamos um esforço na Bahia para discutirmos o Estado brasileiro no seu conjunto. Aliás, concordando com a assertiva, e não com a razão... Antigamente, nobre deputado Joseildo Ramos, havia aquelas respostas do Vestibular: se a razão era falsa ou verdadeira, concordando com a assertiva; ou seja, se a proposição estava certa com a razão. Eu concordo com a proposição do nobre deputado Adolfo Menezes, embora discorde das razões que ele apresenta para este caos que é o Estado brasileiro. E uma dessas razões está exatamente na estrutura do Estado, que precisa ser refundada. Inclusive dos Legislativos. Pasmem os senhores, que os gastos com o Parlamento nacional, deputados e senados, em 2012 está indo para algo de R\$ 9,5 bilhões.

Se somarmos as Assembleias Legislativas mais os Tribunais estaduais, nós alcançaremos quase R\$15 bilhões em 2013. Sem tirar a Câmara de Vereadores e sem tirar o Congresso Nacional, somados os dois, nós temos praticamente algo em torno de quase R\$ 30 bilhões que o Parlamento brasileiro custa. Então, é preciso refundar o Estado para sobrar dinheiro para segurança, para saúde, sem abrir mão da democracia efetiva, da democracia forte.

Então, o que o nosso governador Rui Costa está pretendendo é melhorar o funcionamento do Estado da Bahia, para que ele possa atender melhor o cidadão. Volto a repetir – e vou tomar isso como a máxima lá do exemplo do Senado romano – que o senador dizia, entre outras coisas, que deveria se fazer determinada ação. Se nós não fizemos uma reforma nas instituições democráticas, se não reformarmos este Estado, as Câmaras de Vereadores, os Tribunais, nós vamos ter um problema seríssimo de legitimidade política e moral nesta conjuntura histórica nos próximos anos. O povo quer efetivamente democracia material, democracia em que possa melhorar suas condições de vida. E que ele possa acompanhar a vida do político.

Está aí o sucesso do nosso Mojica, no Uruguai. A simplicidade, a tranquilidade... Aprovou projetos polêmicos, e lá está ele saindo como ídolo. E o seu fusca está sendo leiloadado ou alguém ofereceu US\$ 300 mil só para ver o fusca do Mojica. E tudo isso pela simplicidade, pela leveza como ele vem tratando.

Mas, Sr. Presidente, para concluir, peço a sua tolerância, gostaria de registrar aqui e parabenizar Feira de Santana, que acaba de ter a nomeação, pelo Papa Francisco, de Dom Zanoni Demettino Castro como arcebispo coadjutor da Arquidiocese de Feira de Santana. Transferindo-o da Diocese de São Mateus, no Espírito Santo. Ele é natural de Vitória da Conquista, posso dizer, meu amigo pessoal. Dom Zanoni tem um vasto currículo, mestre em Antropologia, doutor em Teologia, um grande homem, um grande pároco, um cidadão de bem, um cidadão que se tornou agora arcebispo, com uma visão social extraordinária...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZE RAIMUNDO:- Ganha Feira de Santana e ganha a Bahia com esse pastor. Voltarei aqui para ler o currículo dele. Aliás, vou deixar aqui na Mesa para que sejam transcritas essas notas como lidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Ex^a e concedo a palavra ao deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos ouvem e nos assistem nos corredores, nos gabinetes e na TV Assembleia, venho a esta tribuna para tratar de algumas questões vinculadas a nova estrutura administrativa inaugurada no sentimento do próximo governador eleito, Rui Costa.

Ouvi atentamente as ponderações de preocupações do nobre colega Elmar Nascimento e uma delas concordo plenamente. Acho que do ponto de vista da lei pode realmente prescindir de estar no bojo, no teor da escrita da reforma administrativa proposta.

Observe que as empresas públicas da administração indireta estão regidas pela CLT. E já existem normas, inclusive no âmbito federal, que disciplinam a matéria. Portanto, não havia necessidade – e duvido muito – que o próximo governador tivesse qualquer interesse do ponto de vista de impactar o início do seu governo negando direitos que são fundamentais para os trabalhadores, e que há mais de 50 anos tem pautado a nossa relação na consolidação das leis do trabalho, pela CLT. Então isso não é problema.

Mas também concordo com o companheiro Elmar Nascimento, nobre deputado, quando diz que algumas estruturas do Estado baiano, que já não cumprem mais o papel para os quais foram criados outrora. E que é preciso ter coragem, ousadia e sensibilidade para colocar o dedo na ferida. É preciso saber – e não temos nenhuma discordância – que temos 2/3 do semiárido aqui na Bahia e que carece de uma atitude de convivência com a seca, a partir de programas que estejam vinculados a estruturas de governos que sejam formadas para dar cabo desses desafios relacionados com as vicissitudes climáticas que atravessamos ao longo de décadas e de séculos no Estado da Bahia. E a Secretaria de Recursos Hídricos aponta necessariamente para essa dimensão quando une uma empresa de saneamento urbano, que é a Embasa, e vincula também a essa secretaria a Cerb que trabalha a dimensão do saneamento no âmbito rural.

Da mesma forma coube, com muita felicidade a Rui Costa, em outro ponto que chamo a atenção, para aprofundar o interesse de dar respostas à agricultura familiar. E dotar uma nova secretaria, separando aquela que vai tratar necessariamente e de forma comprometida do agronegócio – que é a Secretaria de Agricultura e Pecuária. Mas também cria, na estrutura de uma maneira projetada, uma Secretaria de

Desenvolvimento Rural que vai cuidar, sim, das 650 mil famílias no universo de milhões de baianos que não tinham uma política estruturante voltada para esse Estado, que detém o maior número de agricultores familiares.

Vamos ter oportunidade ao longo da semana de inaugurar discussões relativas a essa ambiência, porque não tenho dúvida de que neste momento seria preciso ousadia. É preciso dotar o Estado de uma agência estadual de assistência técnica e extensão rural compatível com a agência nacional que se cria.

Não podemos conviver de maneira anacrônica, descomprometida, com estruturas arcaicas que já vinham atravessando ao longo de anos e que foram trabalhadas por profissionais que prestaram relevantes serviços, e por isso serão tratados dessa forma no Estado da Bahia, mesmo porque já existe todo um conjunto normativo que trata dessas questões.

Portanto, essas preocupações estarão a salvo. Essas preocupações certamente nortearão nossos debates e, sem sombra de dúvida, os trabalhadores, os funcionários públicos terão de nós o apreço e a sensibilidade para tratar dos seus interesses, em comum acordo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Questão de ordem, deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Nobre presidente Paulo Azi, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, antes da minha questão de ordem, quero também concordar com o que foi muito bem colocado pelo deputado Joseildo e pelos deputados que o antecederam, quando versaram sobre a proposição que o governador eleito Rui Costa apresenta para a condução do seu governo, ou seja, a necessidade de uma reforma administrativa e estrutural na gestão do nosso Estado.

Sem dúvida alguma, é um ato de responsabilidade, de compromisso e também de coragem, nobre deputado Zé Raimundo, porque não é muito fácil quando se apresenta o novo. Isso gera manifestações de satisfação, mas também de insatisfação.

E o que temos percebido é o tamanho da responsabilidade dessa condução, como muito bem demonstrou o deputado Joseildo. Há a preocupação de preservar, posso dizer, todo o legado positivo, todo o acúmulo de experiências vividas por setores e por profissionais, em detrimento da desativação de estruturas que já não correspondem à necessidade e ao objetivo fim para que foram criadas.

Então, são ações que proporcionarão um avanço significativo na gestão do Estado e que contribuirão sensivelmente para a melhoria da qualidade de vida do povo baiano. Por isso, esta Casa tem nestas próximas duas semanas uma responsabilidade muito grande, que é de aprovar esse projeto lei de reforma que foi

encaminhado pelo governador Jaques Wagner, que tem como meta o exercício a partir de 2015.

Todos nós estamos comprometidos com este momento, com esta condução. E, sem dúvida alguma, estamos atentos para que ele possa sair como o melhor projeto de lei, e assim contribua para a gestão do próximo governador Rui Costa. E também possa corresponder aos interesses e expectativas do povo baiano.

Quero parabenizar e destacar o quanto tem sido rico ao longo desta tarde o debate e os pronunciamentos, inclusive os da Oposição, que, com o senso de responsabilidade e compromisso, tem reconhecido a necessidade de se fazer uma reforma administrativa. E o governador eleito Rui Costa tem demonstrado esse compromisso quando manda para cá, submetendo à aprovação desta Casa, um projeto dessa magnitude.

Mas, Sr. Presidente, quero aproveitar para solicitar uma verificação de quórum para a continuidade desta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- V. Ex^a será atendido.

Registro a presença dos deputados Elmar Nascimento, Joseildo Ramos, Zé Neto, Bira Corôa e Zé Raimundo. Portanto, número insuficiente para continuidade da presente sessão. Declaro-a encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*